

O Estágio-Visita como Educação para a Democracia: o que se ensina aos jovens brasileiros na Câmara dos Deputados?

RILDO COSSON

Idealmente, a educação cívica prepara adequadamente os cidadãos com os conhecimentos, habilidades e atitudes que são pré-requisitos para as responsabilidades da democracia. A questão, porém, é se os programas de educação cívica estão devidamente orientados para a natureza dos problemas que enfrentamos de e na democracia. *Carcasson e Sprain, 2012.*

■ Em uma das muitas leituras das manifestações de protestos comandadas pela juventude brasileira em junho de 2013, Romão conclui que “o mundo da política institucional e das políticas públicas precisa entrar em compasso com uma sociedade que se modifica com rapidez, que exigirá cada vez mais e melhores serviços públicos, mas que, por enquanto, mantém-se longe das instâncias de tomada de decisão”. E para isso, aconselha o autor, “deve-se pensar em formas de aproximar esses dois mundos e colocá-las efetivamente em prática” (Romão, 2013, p. 17). Ainda que bem anterior às manifestações de junho e que a reflexão de Romão seja dirigida a um campo mais amplo, a ideia da necessidade de aproximação ou, melhor, de distanciamento dos jovens em relação aos órgãos e mecanismos da política institucional é bem recorrente nas análises do comportamento político da juventude.

Neste caso, a discussão envolve usualmente um diagnóstico de “apatia” dos jovens em relação ao sistema político e tem como correlato a necessidade de promover o letramento político desses jovens, segundo o princípio básico de que os cidadãos não nascem democráticos, antes precisam ser educados para viver em uma democracia, que remonta aos primórdios do pensamento político na Grécia,

conforme se pode ler em Aristóteles (1997). É isso que se encontra expresso em reformas educacionais, como a comandada por Bernard Crick na Inglaterra (QCA, 1998), em documentos de comissões destinadas a orientar políticas públicas (The National, 2011) e propostas de organizações não governamentais (The Civic, 2003), entre outros exemplos.

No Brasil, uma dessas formas de aproximação entre os jovens e o mundo político colocadas em prática no âmbito do parlamento é o Estágio-Visita de Curta Duração (EV). Trata-se de um programa de letramento político promovido pela Câmara dos Deputados desde 2003, já tendo atendido mais de dois mil participantes. Tendo como público-alvo jovens universitários brasileiros, o programa é realizado em encontros mensais que duram cinco dias e tem como objetivo principal possibilitar “o acesso a conhecimentos relacionados ao funcionamento da Câmara e à forma de atuação de seus representantes, incentivando a participação democrática e o exercício da cidadania” (Brasil, 2015). Dada essa configuração e esse objetivo, cumpre indagar: o que se ensina nesse programa? O que ele diz sobre democracia? Como ele se constitui enquanto uma forma de aproximação entre o jovem e o mundo da política? Neste estudo buscaremos responder a essas perguntas traçando, em primeiro lugar, um histórico da institucionalização do Estágio-Visita. Depois, descreveremos analiticamente os conteúdos das atividades desenvolvidas em uma das edições do programa e, por fim, realizaremos uma chamada à reflexão sobre as questões que permeiam a realização desse tipo de programa de letramento político.

1. O ESTÁGIO-VISITA DE CURTA DURAÇÃO

■ O Estágio-Visita de Curta Duração, que a rigor não é um estágio, mas sim uma visita estendida de caráter educativo, foi inicialmente instituído em janeiro de 2003, por um Ato da Mesa da Câmara dos Deputados (Ato da Mesa n. 143, de 15/01/2003), para ser executado pela Diretoria-Geral, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), sob a supervisão da Segunda Secretaria. De acordo com essa norma, o número de edições do estágio seria fixado no início de cada sessão legislativa e cada período seria de cinco dias corridos. Os estagiários foram limitados em sessenta por período de estágio e os participantes seriam indicados uma vez por ano em um número máximo de dez candidatos por um deputado federal. Para participar, o universitário indicado deveria estar cursando os dois últimos anos de curso superior e a instituição de ensino superior (IES) ser do

mesmo estado do deputado. As atividades previstas seriam palestras e o conteúdo deveria versar sobre o Poder Legislativo e a Câmara em particular. As despesas de deslocamento e estadia deveriam ser custeadas pelo próprio visitante.

Na justificativa para a criação do programa, mencionava-se a existência anterior de atividade semelhante em décadas passadas, havendo também previsão para ela nas disposições transitórias do Regimento Interno da Câmara dos Deputados de 1972 (Res. n. 30 de 31.10.72, Art. 297). Também se justificava a iniciativa pelo favorecimento da melhoria da imagem da Câmara obtido por meio da visita às instalações e conhecimento *in loco* das atividades parlamentares.

Aparentemente as condições iniciais de funcionamento do Estágio-Visita não despertaram o interesse de indicação por parte dos deputados ou esse interesse teve como obstáculo a ausência de suporte econômico para a estadia dos universitários. Esse último parece ser o entendimento da Mesa Diretora que edita um novo ato (Ato da Mesa n. 22, de 05/06/2003) no qual restringe o número de indicações a dois candidatos por deputado no início da legislatura e passa a se responsabilizar pela estadia do estudante em Brasília. Na justificativa, reforça-se o argumento da melhoria da imagem, destacando-se as características de jovens formadores de opinião, e sugere-se que cabe ao deputado custear individualmente o transporte do universitário até a capital do País.

Mesmo com esse novo provimento legal, o programa teve sua primeira edição apenas no final do ano, no período de 1º a 5 de dezembro de 2003. Ao todo, foram indicados 39 alunos provenientes de diversos estados brasileiros, mas somente 32 lograram constituir a primeira turma. A programação de cinco dias constou de dinâmicas de integração no primeiro e último dia, na qual os alunos apresentavam a imagem que traziam e aquela que agora levavam da Câmara dos Deputados; uma série de visitas a órgãos internos, como Ouvidoria, Museu, Centro de Documentação, Consultoria Legislativa, Departamento de Taquigrafia, Secretaria-Geral da Mesa (SGM) e Cefor, e outras instituições, como Senado Federal, Tribunal de Contas da União (TCU) e Supremo Tribunal Federal (STF), sempre com apresentações sobre suas competências e características de funcionamento; assistência a uma parte de sessões nas comissões e no plenário; audiência de cada aluno com o deputado que o havia indicado e palestras específicas sobre a estrutura organizacional e física da Câmara dos Deputados e processo legislativo.

No ano seguinte, foram realizadas sete edições de março a novembro, atendendo a um total de 355 universitários de todo o país (Melo, 2008). A experiência acumulada nessas edições levou a uma nova regulamentação do Estágio-Visita

por meio do Ato da Mesa n. 51, de 18 de novembro de 2004. A partir dessa norma, vigente em suas linhas gerais até o presente, o planejamento e a execução do evento, ainda que sob a supervisão da Segunda Secretaria, passaram a ser controladas pelo Cefor; o número de participantes foi limitado a 50 alunos e as indicações podem ser feitas a qualquer época do ano. Essas e as demais disposições não foram alteradas até dois novos atos da mesa: um que aumentou para 70 o número de participantes (Ato da Mesa n. 14, de 03 de outubro de 2007) e outro que ampliou a indicação de dois para quatro candidatos por deputado ao mesmo tempo em que vedou a participação de universitários que já tivessem participado de um outro programa da Câmara dos Deputados, o Estágio Participação (Ato da mesa n. 66, de 10 de dezembro de 2015).

Atualmente, o Estágio Visita possui cerca de 10 edições durante o ano legislativo, com exceção dos períodos de recesso parlamentar e início de sessão legislativa, com um período de cinco dias integrais de funcionamento. As informações sobre o programa encontram-se disponíveis no portal eletrônico da Câmara dos Deputados. O universitário interessado encaminha seus dados e documentos para um gabinete de deputado e este faz a inscrição por meio de sistema próprio na rede interna da Câmara. A confirmação da inscrição é feita diretamente pelo Cefor ao aluno. A participação no programa é condicionada à assinatura de um termo de compromisso também disponível no portal eletrônico da Câmara dos Deputados. Em Brasília, o aluno recebe gratuitamente hospedagem desde o domingo e seu retorno no sábado seguinte, com alimentação e transporte nos dias úteis.

Todo o programa é planejado e desenvolvido por uma equipe do Cefor responsável por esta e outras atividades de letramento político do órgão, a Coordenação de Educação para a Democracia, com apoio de outros órgãos internos, com destaque para a Secom, que é responsável na Casa pela visitação. Os palestrantes e demais colaboradores na execução do evento são também servidores da Câmara dos Deputados, que recebem uma retribuição pecuniária pelas atividades extras desenvolvidas. Os servidores que apenas abordam o funcionamento de seu órgão de lotação, seja em palestra, seja em visitação, não são remunerados.

A programação das atividades é intensa e se propõe a desenvolver tanto conhecimentos sobre a democracia, o Poder Legislativo e a Câmara dos Deputados, quanto habilidades para vivência do processo legislativo e atuação no processo político. Para tanto, lança mão de palestras, jornadas de aprendizagem, aulas dialogadas, simulação e visitas diversas. O resultado, segundo artigo de duas das responsáveis pelo programa à época, tem sido positivo. Referindo-se ao ano de

2013, quando 376 universitários visitaram a Câmara dos Deputados, elas afirmam que: “A avaliação dos participantes demonstra que o programa vem cumprindo seus objetivos e despertando os participantes para a reflexão crítica e a participação política” (Moura e Braga, 2014, p. 28).

Outros dados relevantes se encontram em um relatório interno sobre o ano de 2012 que confirmam resultados de anos anteriores. De acordo com esse relatório, a divulgação do programa precisa ser fortalecida, pois quase 50% dos participantes relatam que souberam do EV por meio de um colega que já havia participado. A maioria dos candidatos é originada de estados do Sudeste e do Nordeste, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Ceará que juntos ocupam mais de 40% das vagas, sendo que a fatia dos estados da Região Norte é de apenas 2,04% dos participantes. Direito é o curso majoritário entre os estudantes que se interessam pelo programa, com mais de 70% dos inscritos. A avaliação do EV foi positiva em vários de seus aspectos, tais como organização, objetivos, material didático e jornada de aprendizagem, com algumas críticas em relação à predominância e caráter excessivamente informacional e técnico das palestras, o que levou a coordenação do evento a modificar parte de sua programação, suprimindo algumas das palestras e incluindo atividades como debates com servidores e encontro com deputados para discutir temas específicos, conforme veremos a seguir.

2. OS CONTEÚDOS

■ Tomando como parâmetro as edições de 2015¹ (Anexo 1), o Estágio-Visita organiza suas atividades recorrendo a uma descrição de conhecimentos, habilidades e atitudes, seguindo o padrão da gestão de competências aparentemente hoje dominante no campo da administração e, mais especificamente, no desenvolvimento de recursos humanos (Dutra, 2001). A escolha de um padrão gerencial em lugar de um propriamente educacional tal como letramento político (Cosson, 2011) pode ser explicada pelo fato de o Cefor ser originalmente um órgão de formação e treinamento dos servidores, e que apenas recentemente conferiu especificidade administrativa às suas atividades de educação para a democracia, com a criação

1 O programa contou com 10 edições. Todas seguindo o mesmo padrão, à exceção das edições de novembro e dezembro que, por conta de questões pontuais, usaram programação ligeiramente diferente do padrão que se observou durante o ano. Na apresentação dessas atividades, utilizaremos os documentos que são distribuídos aos participantes, assim como documentos internos de planejamento que nos foram gentilmente cedidos pela Coordenação de Educação para a Democracia.

da Coordenação de Educação para a Democracia em 2008, instituída “com o objetivo de estabelecer um olhar mais atento para as atividades relacionadas à Educação para a Democracia que antes eram organizadas por diversos núcleos da Coordenação de Treinamento do Cefor” (Rocha, 2011, p. 75).

Os conhecimentos dizem respeito aos conceitos de Democracia e Representação, do Processo Legislativo e do Papel do Parlamento, e são trabalhados prioritariamente por meio de palestras e aulas dialogadas, um outro nome dado para as palestras que enfatiza a necessidade de uma maior interação com o público. Na programação, há três aulas dialogadas e três palestras. A primeira aula dialogada versa sobre democracia e parlamento, compreendendo os seguintes tópicos: conceito de democracia e de cidadania, democracia como um processo e a evolução dos valores da sociedade, os três poderes e o sistema de freios e contrapesos, as funções institucionais da Câmara: legislar, fiscalizar e representar, o Parlamento como sede dos debates, a questão das minorias no processo político e a importância da participação política. Na segunda aula dialogada, que tratará sobre o processo legislativo e sua dinâmica política, o conteúdo versa sobre o papel dos partidos políticos, das lideranças e dos deputados no processo legislativo, a elaboração das normas, os tipos de normas, as fases do processo legislativo (comissões, plenário) e os atores (quem pode legislar) do processo legislativo. A terceira aborda um tema específico que é a reforma política e os sistemas eleitorais, objetivando explicitar como funcionam hoje as eleições no Brasil, no caso, o sistema proporcional, os tipos de sistemas eleitorais, os sistemas eleitorais em discussão na Reforma Política, a tramitação da Reforma Política no Congresso e os modelos de financiamento de campanhas eleitorais em discussão na Reforma Política.

As palestras, por sua vez, tratam de temas diversos. Uma delas aborda a história da concepção arquitetônica de Brasília e de seus edifícios, outra fala de educação fiscal e uma última apresenta os instrumentos de informação e pesquisa na Câmara dos Deputados, isto é, mostra aos participantes os mecanismos que ficam disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados para os cidadãos acompanharem os projetos de leis, legislação e outros dados sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados. Não se pode deixar de registrar que esta última atende diretamente ao propósito do Estágio-Visita de promover uma maior integração do cidadão com o parlamento, enquanto as duas primeiras apenas o tangenciam, sendo aparentemente extemporâneas ao conjunto das atividades constantes na programação.

Naturalmente, para além dessa formalização em palestras e aulas, há outras atividades que envolvem conhecimentos, como é o caso daquelas que visam, prio-

ritariamente, ao desenvolvimento de habilidades, que contemplam a capacidade de argumentar, debater ideias e avaliar globalmente os processos envolvidos na produção legislativa, e de atitudes, que buscam sensibilizar os participantes para os valores democráticos. O programa dispõe de visitas, debates organizados e simulações.

No caso das visitas, há as jornadas de aprendizagem, inspiradas pela proposta dos Reos Partners (Reospartners, 2016), que consiste em uma visita estruturada, com os participantes divididos em grupos, às áreas que influenciam diretamente o processo legislativo: Secretaria-Geral da Mesa, Centro de Documentação e Informação, Secretaria de Comunicação, Departamento de Comissões, Coordenação do E-Democracia, Secretaria da Mulher, Consultoria Legislativa, Consultoria do Orçamento e Comissão de Legislação Participativa. Para essa visita, os participantes são preparados antes com uma série de questões de cunho comportamental visando aos participantes que colem o máximo de informações, sensações e impressões relevantes sobre a área que estão visitando. Ao final, os participantes são instados a compartilhar de maneira sistemática aquilo que observaram em pequenos grupos e consolidam essas observações em um grande grupo com a ajuda de um especialista. Em termos pragmáticos, o resultado dessas jornadas é o conhecimento do funcionamento desses órgãos da Câmara dos Deputados em relação ao processo legislativo.

Além das jornadas, há outras visitas, como a Visita Institucional nas Dependências da Câmara dos Deputados, a Visita Livre aos Gabinetes e os Acompanhamentos de Plenário, de Plenário nas Galerias e dos Trabalhos das Comissões. A primeira é simplesmente uma visita do chamado turismo cívico em Brasília, que qualquer visitante faz às dependências do Palácio do Congresso, percorrendo plenários e salões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A segunda é uma visita que o universitário faz ao gabinete do deputado pelo qual foi indicado para participar do Estágio-Visita. A terceira visita, que consiste em três ações, são, a rigor, observações que os participantes devem fazer nos dois ambientes principais do processo deliberativo: as comissões e o plenário. Nesse sentido, essas observações poderiam ser incluídas nas jornadas de aprendizagem, não havendo razão para receberem um tratamento menos sistemático, como parece ser o caso, quanto mais pela importância que possuem em relação ao processo legislativo frente aos órgãos observados nas jornadas. Há, ainda, a visita ao Supremo Tribunal Federal (STF), que, tal como as palestras sobre a arquitetura de Brasília e a Educação Fiscal, não parece ter nenhuma ligação imediata com os objetivos do programa.

Para o conhecimento do processo legislativo na Câmara dos Deputados, a atividade que parece ser realmente relevante é a simulação dos trabalhos de comissão. Ela ocupa toda uma manhã e consiste em uma votação simulada de pareceres reais previamente distribuídos aos universitários. Para tanto, é composta uma mesa, com presidente, e distribuídos os pareceres para os relatores. Os demais participantes atuam como membros da comissão, constituindo o seu plenário. Durante a votação dos pareceres, os universitários não só vivenciam os aspectos envolvidos na formação da posição do deputado frente a uma determinada matéria, como questões de representação, interesses e opinião pessoal, bem como desenvolvem a capacidade de expor diferenças, argumentar e deliberar conjuntamente, aspectos importantes do respeito ao outro e do diálogo que são habilidades e atitudes fundamentais em uma democracia. Para que a atividade tenha esses resultados, há uma preparação que enfatiza os aspectos mais formais da simulação a fim de que ela seja executada de maneira apropriada e, ao final, uma reflexão coletiva que busca processar a experiência em termos tanto de conhecimento quanto de habilidades e atitudes.

Por fim, há dois debates organizados com deputados. Um deles menos estruturado que é o Encontro com Deputados, no qual, por duas horas, um grupo de parlamentares convidados pela Segunda Secretaria da Mesa, responde a perguntas feitas livremente pelos universitários. Outro mais estruturado, até porque se trata de um programa da TV Câmara – Programa #Ocupação – que é inserido na programação do Estágio-Visita, com o mesmo formato do anterior, com a diferença que tem um tema específico que muda a cada edição e conta apenas com um deputado e um especialista no assunto. Em 2015, foram tratados temas variados, como reforma política, redução da maioria penal, mudanças no financiamento estudantil, legalização das drogas, intolerância religiosa, desarmamento, estatuto da família, desafios do primeiro emprego, resistência ao feminismo e terrorismo, incorporando a agenda da Câmara dos Deputados e sua repercussão pública.

3. PARA REFLETIR

■ Frente essa breve descrição dos conteúdos desenvolvidos no Estágio-Visita, uma primeira reflexão a ser feita é sobre o diagnóstico de distanciamento da política ou “apatia” que se encontra implícita na instituição do Estágio-Visita e programas similares. Como mostraram não só as manifestações de junho de 2013 no Brasil, mas um número crescente de estudos, essa justificativa para a promoção de programas de letramento político precisa ser revista não para negar a necessi-

dade desses programas, mas para melhor ajustá-los ao contexto social e comportamento político dos jovens. É o que se pode discutir, por exemplo, a partir de análises que apontam nessas propostas e programas, como fazem Gamarnikow e Green (1999) em relação ao Relatório Crick, “uma quase total ausência de preocupação com desigualdades estruturais, especialmente as econômicas, um desconhecimento das hierarquias políticas, sociais e educacionais incorporadas nas relações sociais, redes e associações; e a invisibilidade das desigualdades de poder como uma questão para a justiça social” (p. 120, tradução nossa). Também parece se ignorar que a política tradicional não apresenta mecanismos que favoreçam a participação dos jovens enquanto tais, assim como tem dificuldade de lidar com seus interesses específicos (Cammaerts et al., 2014). Há, ainda, que se considerar a percepção que os jovens possuem da vida política e como se relacionam com ela que é diferente do mundo da política institucionalizada (O’Toole, Marsh e Jones, 2003), ou seja, é preciso entender e levar em consideração que “os jovens habitam simultaneamente vários mundos políticos, a fim de navegar através do espaço público de uma forma significativa”. Logo é fundamental que se “compreenda as características, formas e princípios utilizados pelos jovens para combinar diferentes significados da política” (Benedicto, 2013, p. 726, tradução nossa). Afinal de contas, se o diagnóstico de “apatia” não é exatamente a catástrofe que se anuncia em manchetes de jornais (Galais, 2012), nem por isso se pode ignorar que os jovens são pouco entusiastas no que tange à política formal e apresentam um engajamento limitado em relação ao processo político, às instituições democráticas e seus representantes (Henn e Foard, 2012).

Outra reflexão que se faz necessária diz respeito a certa premissa “iluminista” que parece sustentar o Estágio-Visita e programas correlatos. Trata-se do pressuposto de que, se a participação política é falha ou abaixo do desejado, isso acontece por falta de conhecimento do funcionamento do Estado, no caso do Poder Legislativo. É isso que se encontra expresso no já citado objetivo do Estágio-Visita de que ao possibilitar “a universitários de todo o país o acesso a conhecimentos relacionados ao funcionamento da Câmara e a forma de atuação de seus representantes” estaria, conseqüentemente, “incentivando a participação democrática e o exercício da cidadania.” (Brasil, 2015). Neste caso, a questão a se considerar é até onde vale a pena seguir a ideia de sequencialidade necessária e causal entre conhecimento e participação, ou seja, de que primeiro o cidadão precisa conhecer o funcionamento e a estrutura do Estado, para então se habilitar à participação que, por ser lastreada pelo conhecimento, será consciente. Em outras palavras, em lugar da construção dos conhecimentos e da consciência por meio da

participação, por exemplo, em uma ação simultânea, ou de considerar as restrições sociais ou institucionais que, alternativa ou conjuntamente, podem impactar o engajamento do cidadão na vida pública, o Estágio-Visita parece colocar o conhecer como pré-requisito à participação. Em consequência, seus conteúdos investem prioritariamente em informar o participante sobre o processo legislativo e não, alternativamente, em fornecer instrumentos que favoreçam a participação na vida pública a partir da interação com o Legislativo. Naturalmente, não se ignora a importância do conhecimento para o exercício da cidadania, como, aliás, demonstram várias pesquisas (Niemi e Junn, 1999; Galston, 2004). O que se questiona é se essa ênfase desproporcional sobre o conhecimento, tal como se observa no caso do Estágio-Visita que dedica a maior parte do conteúdo de suas atividades a informar o participante sobre o funcionamento do processo legislativo, responde adequadamente ao desejo de incentivar a participação democrática. Até porque se é verdade que o “conhecimento político é uma pré-condição *necessária* para o engajamento cívico”, também é verdade que “a informação *per se* é improvável que seja uma pré-condição *suficiente* para o engajamento cívico” (Dudley e Gitelson, 2003, p. 265, itálicos dos autores, tradução nossa).

Uma terceira reflexão diz respeito ao conteúdo do Estágio-Visita em si mesmo, ou seja, aquilo que é ensinado aos universitários nas atividades do programa. Neste caso, como se pode observar na descrição feita anteriormente, o Estágio-Visita trata especificamente da Câmara dos Deputados. Tal centralidade pode ser facilmente justificada pelo fato de que se trata de um programa promovido e sustentado pela Câmara, logo nada mais natural que chame atenção para essa instituição. Todavia, a forma como ela é efetivada tem impacto sobre o letramento político que se faz por meio do Estágio-Visita. Aparentemente, para constituir tematicamente suas atividades, o programa opera por meio de uma sequência de metonímias que, como uma espiral invertida, vão estreitando o horizonte de formação e informação do participante. A primeira delas consiste em assimilar a democracia aos aspectos formais e funcionamento do Poder Legislativo, incluindo a questão do sistema eleitoral e participação do cidadão. A segunda toma a Câmara como a representante do parlamento, fazendo de suas peculiaridades o padrão do Legislativo, tal como se observa no uso das especificidades do regimento interno da Câmara como sinônimo de processo legislativo. A terceira limita essa visão da Câmara ao seu aspecto legiferante, como se o processo da elaboração das leis fosse o único ou o mais importante conhecimento que o cidadão precisa ter sobre a Câmara, o Legislativo e a democracia. Dessa forma, a adoção dessa sequência metonímica e, em particular, a perspectiva legiferante que ela enfatiza sobre o parla-

mento, diminui bastante o alcance do objetivo declarado do Estágio-Visita, pois o conteúdo oferecido aos participantes é, essencialmente, uma visão tradicional e formalizada do parlamento, a qual, aliás, já se fazia presente em seu meio cultural. Em outras palavras, se o objetivo maior do programa é dar a conhecer a Câmara dos Deputados, o Estágio-Visita focaliza exatamente aquele aspecto que, supostamente, é o mais conhecido. Além disso, há, ainda, uma quantidade razoável de atividades, tais como a palestra sobre a arquitetura de Brasília, a visita ao STF e a palestra sobre Reforma Política, cujos conteúdos não se alinham ao objetivo do programa ou o extrapolam, ocupando um espaço permanente quando deveriam ser pontuais, dadas as suas especificidades.

Mas se há falhas na distribuição dos conteúdos, há também avanços relevantes em termos metodológicos. Nesse sentido, contam tanto a busca de uma nova maneira de trabalhar as exposições por meio das aulas dialogadas, quanto as jornadas de aprendizagem que orientam as visitas, que modificam as formas instrucionais mais tradicionais em atividades deste tipo. Em especial, a simulação dos trabalhos de uma comissão apresenta-se como uma oportunidade de aprendizagem singular, porque permite que os participantes experienciem o processo decisório que é parte essencial do *modus operandi* do Legislativo. Ao debater os pareceres e se posicionarem deliberativamente sobre um projeto de lei, os universitários precisam argumentar, questionar e respeitar pontos de vistas diferentes, incorporando pela prática os valores da discussão democrática. Nessas novas abordagens metodológicas, tem grande importância a divisão das atividades em fases, o que possibilita um maior controle da sua execução e preparação dos instrutores e participantes, assim como o papel a ser exercido pelo próprio participante na condução de sua aprendizagem. Dessa forma, por meio da aprendizagem pela experiência, e da aprendizagem colaborativa, essas atividades do Estágio-Visita cumprem dois dos caminhos que Bîrzéa (2000), no âmbito do projeto de Educação para uma Cidadania Democrática da União Europeia, recomenda como os mais adequados para o ensino da democracia.

Em suma, o programa Estágio-Visita ao ensinar sobre a Câmara dos Deputados, mais especificamente sobre o seu aspecto legiferante, informa aos participantes sobre o funcionamento formal da elaboração de leis em nossa democracia. É por esse caminho que pretende aproximar o jovem do mundo da política, aparentemente seguindo a premissa de que ao conhecer e compreender esse funcionamento os participantes passarão a valorizá-lo e, por extensão, também ao contexto político-legislativo em que está inserido. Como tentamos mostrar em nossa chamada à reflexão, esse caminho apresenta obstáculos e atalhos que

dificultam o cumprimento de seus objetivos, mas há também avanços, sobretudo no campo metodológico, que possibilitam uma maior interação entre os participantes e a instituição. Dessa forma, mesmo sem poder considerar o Estágio-Visita como um programa modelo para os caminhos que a educação para a democracia deve seguir, ele pode servir de exemplo sobre o que se precisa propor e aprimorar em programas similares que buscam promover o letramento político dos jovens dentro e fora do campo do Legislativo. Afinal, como está bem dito em nossa epígrafe, até pela própria natureza da democracia, é preciso indagar constantemente se os programas de educação para a democracia não só preparam idealmente os cidadãos, mas também estão atentos às questões que o viver em uma sociedade democrática apresenta para eles.

RILDO COSSON concluiu o doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1998 e realizou pós-doutoramento em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2007. Foi professor da Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal de Minas Gerais atuando na graduação e pós-graduação em Letras e Educação. É autor dos livros *Círculos de Leitura e Letramento Literário* (2014), *Escolas do Legislativo*, *Escolas de Democracia* (2008), entre outros. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados e pesquisador do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. *Política*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1997.

BENEDICTO, Jorge. The political cultures of young people: an uncertain and unstable combinatorial logic. *Journal of Youth Studies*, v. 16, n. 6, p. 712-729, September 2013. Available from: <http://dx.doi.org/10.1080/13676261.2012.744812>. Acesso: 4 jan. 2016.

BÎRZEA, César. *Education for Democratic Citizenship: A Lifelong Learning Perspective*. Europarat-Dokument DGIV/EDU. CIT, v. 21, 2000. Disponível em: <http://www.nefmi.gov.hu/letolt/nemzet/eu/Education%20ofor%20Democratic%20Citizenship.pdf> Acesso em 20.11.2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Estágio-Visita*. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/estagios/estagio-visita>> Acesso em 20 jan. 2015.

CAMMAERTS, Bart et al. The Myth of Youth Apathy: Young Europeans' Critical Attitudes Toward Democratic Life. *American Behavioral Scientist*, v. 58, n. 5, p. 645-664, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261748835_The_Myth_of_Youth_Apathy_Young_Europeans'_Critical_Attitudes_Toward_Democratic_Life Acesso em: 04 jan. 2015.

CARCASSON, Martín; SPRAIN, Leah. Deliberative democracy and adult civic education. *New Directions for Adult and Continuing Education*, v. 2012, n. 135, p. 15-23, 2012. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ace.20022> Acesso em: 20 jun. 2015

COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, [S.l.], p. 49-58, nov. 2011. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/90>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

DUDLEY, Robert L. e GITELSON, Alan R. Civic Education, Civic Engagement, and Youth Civic Development. *PS: Political Science & Politics*, v. 36, n. 2, p. 263-267, 2003.. Published online by Cambridge University Press 15 Apr. 2003. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=147391>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

DUTRA, J. S. (Org.). *Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas*. São Paulo: Gente, 2001.

GALAIS, Carol. ¿Cada vez más apáticos? El desinterés político juvenil en España en perspectiva comparada. *Revista Internacional de Sociología*, v. 70, n. 1, p. 107-127, 2012. Disponível em: <http://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/438/461> Acesso em 02 jan. 2016.

GALSTON, William A. Civic Education and Political Participation. *PS: Political Science & Politics*, v. 37, p. 263-266, 2004. Disponível em: Doi:10.1017.S1049096504004202 Acesso em 10 jan. 2014.

GAMARNIKOW, Eva e GREEN, Anthony. Social capital and the educated citizen. *School Field*, v. 10, n. 3/4, p. 103-126, 1999. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.194.5434&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 17 out. 2013.

HENN, Matt; FOARD, Nick. Young people, political participation and trust in Britain. *Parliamentary affairs*, v. 65, n. 1, p. 47-67, 2012. Disponível em: http://www.exeter.ac.uk/media/universityofexeter/research/microsites/epop/papers/Henn_and_Foard_-_Young_People,_Political_Participation_and_Trust_in_Britain.pdf Acesso em: 02 jan. 2016.

MELO, Maria Raquel M. *Educação política para a cidadania: a contribuição da Câmara dos Deputados*. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2008.

MOURA, Maíra e BRAGA, Raquel. Retrospectiva 2013: programas de educação para a democracia. *Revista Estágio Visita*, ano 4, n. 16, p. 24-29, abril 2014.

NIEMI, Richard G. e JUNN, Jane. Que tipo de conhecimento é necessário para fortalecer a cidadania nos Estados Unidos da América? In: ALBALA-BERTRAND (Org.). *Cidadania e educação: rumo a uma prática significativa*. Campinas, SP: Papirus; Brasília: Unesco, 1999.

O'TOOLE, Therese, MARSH, David e JONES, Su. Political literacy cuts both ways: the politics of non-participation among young people. *The political quarterly*, v. 74, n. 3, p. 349-360, 2003. Disponível em: DOI 10.1111/1467-923X.00544 Acesso em: 20 jun. 2015.

QCA – Qualifications and Curriculum Authority. Education for citizenship and the teaching of democracy in schools (The Crick Report). *Final report of the Advisory Group on Citizenship*. London: QCA, 1998. Disponível em: <www.qca.org.uk/libraryAssets/media/6123_crick_report_1998.pdf>. Acesso em: 10 abril 2007.

REOSPARTNERS. *Learning journeys*. Disponível em: <http://reospartners.com/tools/learning-journeys/> Acesso em: 10 jan. 2016.

ROCHA, Hérycka Sereno Neves da. Educação para a democracia: a câmara dos deputados no centro da questão. *E-Legis* – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, [S.l.], p. 73-93, nov. 2011. ISSN 2175-0688. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/91/77>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

ROMÃO, Wagner de Melo. As manifestações de Junho e os desafios à participação institucional. *Boletim de Análise Político-Institucional* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 4, p. 11-17, 2013. Disponível em: http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/apresentacao_joanaluzia_robertopires.pdf#page=12 Acesso em: 10 jan. 2016.

THE CIVIC mission of schools. A Report from Carnegie Corporation of New York and CIRCLE: The Center for Information and Research on Civic Learning and Engagement. 2003. Disponível em: http://civicmissionofschools.org/site/campaign/overview/cms_report.html Acesso em: 28 abril 2007.

THE NATIONAL Task Force on Civic Learning and Democratic Engagement. A Crucible Moment: College Learning & Democracy's Future. Washington, DC: Association of American Colleges and Universities, 2011. Disponível em: <<http://www.cccompact.org/sites/default/files/Crucible%20Moment%20.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2013.

ANEXO I. PROGRAMAÇÃO ESTÁGIO-VISITA/OUTUBRO 2015

SEGUNDA-FEIRA

Às 7h30	Saída do ônibus da ENAP
De 8h às 8h50	Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III
De 9h00 às 9h15	Boas-vindas
De 9h15 às 9h40	Informes Cefor
De 9h40 às 11h20	Integração e Levantamento de Expectativas
De 11h20 às 12h40	Aula dialogada: Democracia e o Papel do Parlamento
De 12h40 às 13h40	Almoço – Restaurante do Anexo III
De 13h45 às 14h45	Visita Institucional nas Dependências da Câmara dos Deputados
De 14h45 às 15h15	Foto Oficial do Grupo
De 15h20 às 16h20	Instrumentos de Informação e Pesquisa na Câmara dos Deputados
De 16h20 às 16h40	Intervalo
De 16h40 às 18h40	Aula dialogada: O Processo Legislativo e sua Dinâmica Política
De 18h45 às 19h45	Jantar
Às 19h45	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo III

TERÇA-FEIRA

Às 7h30	Saída do ônibus da ENAP
De 8h00 às 8h45	Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III
De 9h00 às 9h30	Preparação para a Jornada de Aprendizagem
De 9h45 às 11h30	Jornada de Aprendizagem: visita às áreas que influenciam o processo legislativo
De 11h30 às 12h45	Almoço – Restaurante do Anexo III
Às 12h45	Traslado para o Cefor
De 13h às 15h	Conversas Significativas de Compartilhamento
Das 15h às 15h15	Intervalo
De 15h15 às 17h15	Aprofundamento da Jornada com Especialista
Às 17h15	Traslado para o Anexo II
De 17h15 às 18h15	Coffee break – Restaurante do Subsolo do Anexo III
De 18h15 às 19h30	Acompanhamento de Plenário nas Galerias
19h30	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo III

QUARTA-FEIRA	
Às 7h30	Saída do ônibus da ENAP
De 8h às 8h50	Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III
9h00 às 11h00	Encontro com Deputados
11h00 às 11h45	Acompanhamento dos Trabalhos das Comissões
De 11h45 às 12h45	Almoço – Restaurante do Anexo III
Às 12h45	Traslado para o STF – saída da Portaria do Anexo II
De 13h15 às 16h30	Visita ao STF
De 17h00 às 18h30	Acompanhamento de Plenário
18h30 às 19h30	Jantar
Às 19h30	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo III
QUINTA-FEIRA	
Às 7h30	Saída do ônibus da ENAP
De 8h00 às 8h45	Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III
9h00 às 11h00	Palestra: Educação Fiscal
Traslado para o Anexo II	
De 11h15 às 13h	Visita livre aos gabinetes
De 13h às 14h	Almoço – Restaurante do Anexo III
De 14h15 às 15h45	Palestra: História da Concepção Arquitetônica de Brasília e de seus Edifícios
De 16h às 17h30	Aula dialogada: Reforma Política e Sistemas Eleitorais
De 17h45 às 18h15	Coffee break – Restaurante do Subsolo do Anexo III
De 18h30 às 20h00	Programa <i>#Ocupação</i>
Às 20h15	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo III
SEXTA-FEIRA	
Às 7h30	Saída do ônibus da ENAP
De 8h às 8h45	Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III
De 9h00 às 11h30	Simulação do Trabalho das Comissões
De 11h30 às 12h30	Processamento da Simulação
12h30 às 13h00	Encerramento e Avaliação
De 13h00 às 14h00	Almoço – Restaurante do Anexo III
14h00	Saída do ônibus para ENAP- Anexo III

Fonte: Cefor.